



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**  
Estado Maior  
EM-6 Orçamento

Ofício Nº 356/2020 - PMDF/EM/EM-6

Brasília-DF, 25 de setembro de 2020.

Excelentíssimo Senhor  
ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA  
Secretário de Economia do Distrito Federal  
Secretaria de Economia do Distrito Federal - SEEC/GDF  
Brasília/DF

Senhor Secretário,

Ao tempo em que o cumprimento com a devida cordialidade, importa ressaltar que conforme Memorando nº 59/2020-SEEC/SEF/SUTES/CFCDF (47781380), corroborado com a Nota Técnica N.º 90/2020 - SEEC/SEGEA/SUGEP/COACEP/DICON, encontra-se em vigor o concurso para Soldado Policial Militar, com vigência até 13/05/2021, que poderá ser prorrogado até 13/05/2023, o qual conta ainda com 1.254 candidatos no cadastro reserva aptos à nomeação. Isso, sem olvidar da suspensão do prazo de validade dos concursos públicos, diante da edição da Lei/GDF nº 6.662/2020, o que permitirá uma dilação de validade até agosto de 2024.

O presente certame, cujo andamento é essencial para o reacomplimento dos quadros da Corporação, na medida que somente de janeiro a maio de 2020 ingressaram na reserva remunerada (aposentadoria) 376 policiais militares e, após a edição da LC 173, de 27 de maio de 2020, apenas **de junho a setembro ingressaram na inatividade mais 233 militares**, o que perfaz um total, até o momento, de 609 reservas.

Aponta-se ainda que, atualmente, há 446 militares com direito adquirido ao ingresso na inatividade, o que eventualmente pode conduzir ao montante, no presente exercício financeiro, de 1.055 afastamentos do serviço ativo. Esclarece-se, ainda, que em 20 de julho do corrente, havia 417 integrantes da PMDF com 28 anos de serviço e 702 com 29 anos; policiais esses que se encontram em condições de, no próximo ano, ingressarem na reserva remunerada. Tal condição, por si só, produz um cenário preocupante quanto a capacidade operacional da Corporação em levar a efeito suas atribuições constitucionais e legais.

Em complemento, no relatório de execução da folha de setembro de 2020, consta que 99 Policiais Militares ingressaram na reserva remunerada no mês citado, contando a PMDF, no presente, com um efetivo ativo inferior a 10 mil profissionais. Isso, sem olvidar de que o efetivo previsto na Lei nº 12.086/2009 é de 18.673 Policiais Militares.

Nessa linha de inteligência, importante ressaltar que no Distrito Federal encontram-se instaladas as sedes dos Poderes da República e das missões diplomáticas, aumentando a responsabilidade institucional, diante do dever constitucional de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. A satisfatória execução desta missão envolve, dentre outros fatores, o necessário emprego de recursos humanos; não obstante, como dito alhures, este achar-se em franco processo de redução.

Insta dizer ainda que, conforme apresentado à Vossa Excelência, a **proposta orçamentária enviada pela Corporação à Setorial de Orçamento SUTES/GDF, para o exercício financeiro de 2021, não foi atendida em sua plenitude**. Desse modo, o valor necessário para o efetivo cumprimento das despesas legais e compromissos anteriormente firmados resultou em um montante de R\$ 3.819.432.582,00, (três bilhões, oitocentos e dezenove milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) ou seja, **R\$ 125.577.336,00 (cento e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais) acima dos R\$ 3.693.855.246,00 (três bilhões, seiscentos e noventa e três milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e quarenta e seis reais) que restaram definidos como referencial monetário para atendimento das despesas** em apreço, de acordo com a Proposta Orçamentária Anual, para o exercício financeiro de 2021.

Desse modo, se não houver o aporte orçamentário do valor acima informado, haverá o comprometimento total da manutenção, no exercício financeiro de 2021, dos 500 candidatos inicialmente previstos para frequentarem o Curso de Formação de Praças (CFP) 2020, os quais demandarão um orçamento suplementar na ordem de R\$ 50.468.266,37 (cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta centavos). Além disso, em relação ao ingresso de 536 candidatos, para frequentarem o CFP 2021, a partir de agosto de 2021, com custo de R\$ 18.778.790,88 (dezoito milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e noventa reais e oitenta e oito centavos), restará agravado o quadro, por falta de orçamento capaz de comportar tal despesa.

Assim, **torna-se imprescindível e urgente a revisão dos referenciais apresentados pela setorial de orçamento, que se pautaram nos valores executados em março de 2020, sem considerar o incremento ocorrido por ocasião do reajuste salarial concedido por meio da Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020, bem como os ingressos já mencionados, conforme pode ser extraído do comparativo abaixo:**

DISCRIMINAÇÃO DA NATUREZA	PROPOSTA DA PMDF PARA 2021	REFERENCIAL APROVADO PELA SUTES-SETORIAL DE ORÇAMENTO PARA 2021	DIFERENÇA ENTRE A PROPOSTA DA PMDF 2021 E OS VALORES APROVADOS PELA SUTES/GDF
PESSOAL ATIVO	1.543.401.363,00	1.420.921.232,00	122.480.131,00
PESSOAL INATIVO	1.363.258.587,00	1.357.578,874,00	5.679.713,00
PENSIONISTAS	357.980.321,00	311.458.274,00	46.522.047,00
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA E AUXÍLIO MORADIA	460.506.648,00	442.112.057,00	18.394.591,00
CUSTEIO DA FOLHA DIÁRIAS E AUX. FARDAMENTO	25.650.286,00	28.307.370,00	+2.657.084,00
AUXILIO ALIMENTAÇÃO	124.645.300,00	117.150.750,00	7.494.550,00
AUXÍLIO PRÉ-ESCOLAR	23.389.345,00	13.726.685,00	9.662.660,00

AUXÍLIO FUNERAL/NATALIDADE	2.600.004,00	2.600.004,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>3.901.431.854,00</b>	<b>3.693.855.246,00</b>	<b>207.576.608,00</b>

Como desdobramento de tais considerações, coloca-se ainda, o impacto direto de novos ingressos no sistema de saúde desta Corporação, tendo em vista que, além da falta de orçamento para os provimentos originários, conforme explicitado, há ainda a questão da insuficiência orçamentária para área de saúde, na ordem de R\$ 48.361.359,00,00 (quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e nove reais), para o exercício financeiro de 2021.

Nesse sentido, cabe esclarecer que o novo policial-militar que ingressa no sistema de saúde traz consigo, no mínimo, mais dois dependentes legais. Ou seja, a Polícia Militar, que hoje conta com uma carteira de 75.000 usuários terá com o provável ingresso de 500 candidatos em 2020, além dos 536 candidatos de 2021, um total de 78.108 beneficiários. Portanto, o orçamento aprovado para este aspecto, também demonstra-se insuficiente.

Ainda no que diz respeito ao presente tema, cabe mencionar, o PARECER SEI Nº 10970/2020/ME-PGFN (47829420), exarado pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), com o entendimento de que somente poderão ser providos, até o final de 2021, os cargos vacantes após a promulgação da Lei Complementar nº 173/20. Esse posicionamento restou ratificado pelo Despacho - SEEC/SEGEA, datado de 10 de setembro de 2020 (47781608), o qual aponta que somente as vacâncias ocorridas após a edição da LC 173, de 28 de maio de 2020, poderão ser preenchidas durante o regime restritivo, que perdurará até 31 de dezembro de 2021. Essa é linha adotada pela SUTES/SEEC/GDF, no Memorando nº 670/2020 - SEEC/SEF/SUTES (47781669).

**Nessa ordem de considerações, solicita-se o posicionamento de Vossa Excelência no sentido de informar se essa Secretaria ainda coaduna com tal entendimento, observando que atualmente existem 233 (duzentos e trinta e três) vacâncias apuradas após o advento da LC nº 173/2020.**

**Ressaltando, por derradeiro, que a revisão do PLOA nos moldes apontados por esta Corporação, constitui-se em condição *sine qua non* para os ingressos relacionados ao certame em andamento, bem como para a preservação da regularidade da execução da folha, vez que, caso não haja a revisão ora suscitada, haverá a possibilidade de criação de despesas obrigatórias sem o devido lastro, o que pode ser agravado pela confirmação da perspectiva de retração do Fundo Constitucional para os próximos anos.**

Atenciosamente,

JULIAN ROCHA PONTES - CEL QOPM

Comandante-Geral da PMDF



Documento assinado eletronicamente por **JULIAN ROCHA PONTES - CEL QOPM, Matr.0050178-6, Comandante-Geral**, em 29/09/2020, às 10:30, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



verificador= **47830099** código CRC= **52A42841**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SAISo Setor Policial Sul - Bairro Asa Sul - CEP 70610200 - DF  
31905415  
Site: - [www.pm.df.gov.br](http://www.pm.df.gov.br)

---

00054-00098311/2020-63

Doc. SEI/GDF 47830099